



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6653

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Modifica e revoga leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 28/11/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 176/2006. Altera a Lei nº 3.196, de 31/03/2004, que autorizou a doação de terrenos à Associação da União Este Brasileira das Igrejas Adventistas do 7º Dia. (Referente à Lei nº 3.683, de 08/12/2006).

Controle Interno – Caixa: 16.3 **Posição:** 15 **Número de folhas:** 09

Espécie: PL
Categoria: modifca
cr: 16.3
Ordem: 15
nº fls: 07



176/2006

05.12.2006

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI ____/2006

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera a Lei Municipal nº 3.196, de 31 de março de 2004.

MOVIMENTO

Entrada em – 28/11/2006

1 - Comissão de Legislação e Justiça

REGIME DE URGÊNCIA

2 -

Aprovado em 05.12.2006

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



*da Comissão
em 28/11/06*
PROJETO DE LEI Nº ____/2006.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.196, DE 31 DE MARÇO DE 2.004.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera-se a redação do art. 4º, da Lei nº 3.196, de 31 de março de 2004, que passa a vigorar da seguinte maneira:

“Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a doação das áreas descritas nos arts. 1º e 2º desta Lei, à Associação da União Este Brasileira das Igrejas Adventistas do Sétimo Dia, destinando-se as mesmas à construção da sede desta Associação nesta municipalidade, objetivando o desenvolvimento de trabalho social”

Art. 2º. O *caput* do art. 5º, da Lei nº 3.196, de 31 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. Fica a entidade donatária na obrigação de iniciar a construção mencionada no art. 4º desta Lei, dentro do prazo de 3 (três) anos e terminá-la no prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura das respectivas escrituras públicas de doação”.

Art. 3º. O parágrafo único do art. 5º, da Lei nº 3.196, de 31 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. (...)

Parágrafo Único. No caso do não cumprimento, pela entidade donatária, da obrigação descrita no *caput* deste artigo, dentro dos respectivos prazos, ocorrerá a reversão automática dos imóveis doados ao patrimônio do Município.”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 08 de novembro de 2006.

Athos Avelino Pereira
Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E POSTURA
EM 28 DE NOVEMBRO DE 2006

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EMOS DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006

PRESIDENTE

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.196, de 31 de março de 2.004

***DESAFETA ÁREAS DE TERRENOS DE SUA
CARACTERÍSTICA DE USO INSTITUCIONAL,
AUTORIZA DOAÇÃO E CONTÉM OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.***

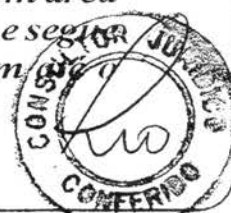
O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica desafetada de sua característica de uso institucional a área de terreno medindo 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), que constitui parte de área institucional localizada no loteamento Jaraguá, nesta cidade, contendo a área ora desafetada os seguintes limites e confrontações:

“partindo do alinhamento da rua 26 e o alinhamento da rua 29, segue pelo alinhamento da rua 29 a uma distância de 20,00m; deste, deflete à direita segue limitando com área institucional a uma distância de 30,00m; deste, deflete à direita e segue limitando com área institucional a uma distância de 20,00m; deste, deflete à direita e segue pelo alinhamento da rua 26 a uma distância de 30,00m até o ponto onde iniciou esta descrição.”

Art. 2º - Fica também desafetada de sua característica de uso institucional a área de terreno medindo 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), que constitui parte de área institucional localizada no loteamento Independência, nesta cidade, contendo a área ora desafetada os seguintes limites e confrontações:

partindo do alinhamento da rua Marquesa dos Santos e o alinhamento da rua Bélgica, segue pelo alinhamento da rua Marquesa dos Santos a uma distância de 21,60m; deste, deflete à direita e segue limitando com área da Igreja Assembléia de Deus a uma distância de 27,77m; deste, deflete à direita e segue limitando com área institucional a uma distância de 21,60m; deste, deflete à direita e segue pelo alinhamento da rua Bélgica a uma distância de 27,77m até o ponto onde iniciou esta descrição.”



PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Art. 3º - As áreas de terrenos ora desafetadas de sua característica de uso institucional passam a integrar o patrimônio disponível do Município.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a doação das áreas descritas nos arts. 1º e 2º desta Lei, à Associação da União Este Brasileira das Igrejas Adventistas do Sétimo Dia, destinando-se as mesmas à construção de templos religiosos e desenvolvimento de trabalho social.

Art. 5º - Na conformidade das disposições contidas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do art. 106 da Lei Orgânica Municipal, fica a entidade donatária na obrigação de iniciar as construções mencionadas no artigo 4º desta Lei, dentro do prazo de 3 (três) anos e terminá-las no prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura das respectivas escrituras públicas de doação.

Parágrafo Único - Em caso do não cumprimento, pela entidade donatária, de suas obrigações dentro dos respectivos prazos, conforme preceituado neste artigo, ocorrerá a reversão automática dos imóveis doados ao patrimônio do Município, observado o disposto no § 3º, do Art. 106 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 6º - Fica a entidade donatária obrigada a providenciar o recebimento das escrituras públicas de doação, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - As despesas de lavratura, registro e outros emolumentos relativos às escrituras dos imóveis a serem doados, correrão às expensas da entidade donatária.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros(MG), 31 de março de 2.004.

Jairo Ataíde Vieira
Prefeito de Montes Claros





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE “Altera a Lei Municipal nº 3.196, de 31 de março de 2004.”, de autoria do Executivo Municipal.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa ou mesmo ilegalidade, tendo em vista que a iniciativa de projetos que versem sobre os bens pertencentes ao Município é do Executivo, sendo que não se vê nenhuma ilegalidade no objeto do referido projeto de Lei.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 29 de novembro de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605

Câmara Municipal de Montes Claros

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº ____/2006 QUE “ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.196, DE 31 DE MARÇO DE 2004 DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

RELATÓRIO

Nos termos *art.67 e 68* do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitir parecer sobre a constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação das matérias que lhe forem submetidas.

O presente Projeto tem como objetivo alterar os artigos 4º e 5º da Lei nº 3.196 de 31 de março de 2004.

A Lei 3.196 de 31/03/2004 trata de matéria “Desafeta áreas de terrenos de sua característica de uso institucional, autoriza doação e contém outras providências”.

Analisando o art. 4º da mencionada Lei, verifica-se que a alteração pretendida atinge somente o objeto referente à construção, já que o Projeto de Lei, em comento, substitui o termo “construção de templos religiosos” por “construção da sede” da Associação da União Este Brasileira das Igrejas Adventistas do Sétimo Dia.

Já as alterações pretendidas no *caput* do art. 5º e parágrafo único, configuram mais uma adequação à Lei Orgânica Municipal atualizada, uma vez que não consta mais no seu ordenamento normativo os parágrafos 1º, 2º e 3º do art.106, como eram previstos na LOM anterior.

Câmara Municipal de Montes Claros

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Tendo em vista que cabe ao Poder Executivo a administração dos bens pertencentes ao Município, bem como a adequação de Lei para melhor dispor e atender ao interesse público, esta Comissão não verificou vício que torne o projeto de lei, em análise, ilegal e ou inconstitucional.

CONCLUSÃO

Desta forma, a Comissão considera o referido Projeto de Lei legal e constitucional.

Montes Claros, 29 de novembro de 2006.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação:



Ver. Eurípedes Xavier Souto (Lipa Xavier)
Presidente



Ver. Antônio Silveira de Sá (Dr. Silveira)
Relator



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 27 de novembro de 2006

Ofício nº: PJ/092/2006

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa o incluso Projeto de Lei que pretende alterar a Lei nº 3.196, de 31 de março de 2.004, notadamente os arts. 4º e 5º.

Na certeza de que o Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta